

11 – Demonstrações Contábeis Trimestrais e Notas Explicativas



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL
CNPJ Nº. 04.260.738/0001-49

243

BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIOS FIMOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em reais)							
ATIVO	NOTA	2017	2016	PASSIVO	NOTA	2017	2016
CIRCULANTE		31.891.783,32	26.891.120,28	CIRCULANTE		2.968.866,78	1.013.157,79
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	3	28.110.016,86	24.180.257,66	OBRIGAÇÕES TRAB. TRIB. E PREVIDENCIÁRIA	9	156.285,84	-
Caixa		1.563,82	-	Obrigações com Folha de Pagamento		-	-
Bancos Conta Movimento - Rec. Próprios		1.627,55	4.378,43	INSS		87.621,27	-
Bancos Conta Convênios - Rec. Convênios		239,92	872,39	FGTS		28.511,92	-
Aplicações Financeiras - Rec. Próprios		27.770.879,97	23.968.066,12	IRRF		36.231,35	-
Aplicações Financeiras - Rec. Convênios		335.705,60	206.940,72	PIS		3.564,00	-
				Contribuição Sindical		357,30	-
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	4	3.090.395,33	2.378.766,11	EMPRESIMOS E FINANCIAMENTOS		-	-
Contas a Receber		215.614,96	528.276,73	Emprestimos e Financiamentos		-	-
Dotações Orçamentárias a Receber		2.739.820,37	1.687.612,77	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	10	1.770.972,53	62.074,84
Relações entre Unidades		-	-	Fornecedores de Bens e Serviços		1.770.972,53	62.074,81
Adiantamento para Pequenas Despesas		-	-	OBRIGAÇÕES FISCAIS	11	8.664,06	209,84
Adiantamentos por Conta de Viagens		14.000,00	-	PIS/COFINS/CSLL		1.920,31	-
Adiantamentos a Terceiros		-	-	IRRF		6.421,81	-
Antecipações a Empregados		118.326,17	160.986,56	ISS		321,91	209,81
Valores Recuperáveis		2.633,83	1.890,05	APROPRIAÇÃO POR COMPETÊNCIA	12	456.727,16	384.060,00
Devedores Diversos		-	-	Apropriação Trabalhistas		456.727,16	384.060,00
ESTOQUES	5	658.341,30	285.823,33	PROVISÕES		-	-
Estoques - Rec. Próprios		488.581,63	285.823,33	Provisões Tributárias		-	-
Estoques - Rec. Terceiros		169.759,67	-	CONTINGÊNCIAS		-	-
VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE	6	33.029,83	46.273,18	Trabalhistas		-	-
Seguros a Vencer		5.230,88	13.604,78	Previdenciária		-	-
Assinatura de Revistas e Periódicos		4.956,06	2.098,23	DEMAIS OBRIGAÇÕES	13	576.217,19	566.813,11
Auxílio alimentação/refeição		20.000,00	21.600,00	Movimento entre Unidades		87.297,54	-
Licença de uso de software		2.842,89	8.970,17	Convênios a Realizar		-	-
				Contratos, Ter. de Coop. Adesão e Proja Realizar		335.945,52	566.813,11
NÃO CIRCULANTE		1.700.011,10	1.827.187,22	Credores Diversos		152.974,13	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	7	820.466,81	820.466,81	NÃO CIRCULANTE		30.622.927,64	27.705.149,71
Créditos a Longo Prazo		820.466,81	820.466,81	EMPRESIMOS E FINANCIAMENTOS		-	-
INVESTIMENTOS		-	-	Emprestimos e Financiamento		-	-
Investimentos Diversos		-	-	DEMAIS OBRIGAÇÕES		-	-
IMOBILIZADO	8	879.544,29	1.006.720,41	Convênios a Realizar		-	-
Bens Tangíveis		879.544,29	1.006.720,41	Contratos, Ter. de Coop. Adesão e Proj. a Realizar		-	-
Bens Móveis		2.461.677,02	2.435.343,18	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	30.622.927,64	27.705.149,71
(-) Depreciações Acumuladas		- 1.602.797,68	- 1.449.987,74	Patrimônio Social		30.610.927,64	27.693.149,71
Bens Imóveis		87.000,00	87.000,00	Resultados Acumulados		27.693.149,71	21.681.061,52
(-) Depreciações Acumuladas		- 66.335,05	- 65.635,03	Resultado do Exercício		2.917.777,93	3.012.088,19
INTANGÍVEL		-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial		12.000,00	12.000,00
Bens Intangíveis		-	-	TOTAL DO ATIVO		33.591.794,42	28.718.307,50
(-) Amortizações Acumuladas		-	-	TOTAL DO PASSIVO		33.591.794,42	28.718.307,50

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

José Zelarino Pedrozo
 Presidente Conselho Adm.
 CPF. 003.151.929-68

Gilmar Antônio Zanuchi
 Superintendente
 CPF. 556.281.179-00

Gilson Argente
 Tec. Contabilidade
 CPF. 692.786.959-04
 CRC/SC 19.037-0/T



**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
EXERCÍCIO: 2017 - SEGUNDO TRIMESTRE**

(Em reais)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PROPOSTA (a)	REFORMULAÇÃO (b)	RECEITAS REALIZADAS ACUMULADO (c)	DIFERENÇAS (d)	
				P/ MAIS	P/ MENOS
RECEITAS CORRENTES (I)	27.883.127,00		16.063.503,51		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	23.643.127,00		14.077.333,28	0,00	9.565.793,72
RECEITA PATRIMONIAL	3.120.000,00		1.400.958,83	0,00	1.719.041,17
RECEITAS DE SERVIÇOS	0,00		359.000,00	359.000,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.120.000,00		166.964,13	0,00	953.035,87
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00		59.247,27	59.247,27	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00		0,00		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00		0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00		0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00		0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00		0,00	0,00	0,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00		0,00		
	0,00		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)	27.883.127,00		16.063.503,51	418.247,27	12.237.870,7

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	PROPOSTA (e)	REFORMULAÇÃO (f)	DESPESAS REALIZADAS ACUMULADO (g)	DIFERENÇAS (h)	
				P/ MAIS	P/ MENOS
DESPESAS CORRENTES (V)	27.753.127,00		13.175.068,89		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.064.096,00		2.306.482,96	0,00	2.757.613,04
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00		0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	22.689.031,00		10.868.585,93	0,00	11.820.445,07
DESPESAS DE CAPITAL (VI)	130.000,00		38.874,78		
INVESTIMENTOS	130.000,00		38.874,78	0,00	91.125,22
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00		0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00		0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (VII)	0,00		0,00		
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	0,00		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (VIII) = (V + VI + VII)	27.883.127,00		13.213.943,67	0,00	14.669.183,3

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (IX) = (IV - VIII) SUPERÁVIT	0,00	0,00	2.849.559,84		
--	-------------	-------------	---------------------	--	--

DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS			DESPESAS REALIZADAS ACUMULADO		
DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS (X)			141.117,90		
DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO/EXAUSTÃO E PERDAS NA BAIXA DE BENS			141.117,90		
TOTAL DAS DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS (XI) =			141.117,90		
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (VIII + XI)			13.355.061,57		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações

Jose Zeferino Pedrozo
Presidente
CPF: 003.151.929-68

Gilmar Antônio Zanluchi
Superintendente
CPF: 556.281.179-00

Gilson Angnes
Contador
CRC: 19.037/O-2
CPF: 692.789.959-04



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL

AR SANTA CATARINA

CNPJ: 04.260.738/0001-49



Emissão: 24/08/2017 10:

**DEMONSTRAÇÃO GERENCIAL DA RECEITA E DESPESA
EXERCÍCIO: 2017 - SEGUNDO TRIMESTRE**

(Em reais)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	ORÇAMENTO PROPOSTA	REALIZADO ACUMULADO	DIFERENÇAS	
			P/ MAIS	P/ MENOS
1000.00.00 - RECEITAS CORRENTES	27.883.127,00	16.063.503,51	0,00	11.819.623,49
1200.00.00 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	23.643.127,00	14.077.333,28	0,00	9.565.793,72
1210.00.00 - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	23.643.127,00	14.077.333,28	0,00	9.565.793,72
1210.39.00 - CONTRIBUIÇÃO PARA O SENAR	23.643.127,00	14.077.333,28	0,00	9.565.793,72
1300.00.00 - RECEITA PATRIMONIAL	3.120.000,00	1.400.958,83	0,00	1.719.041,17
1320.00.00 - RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	3.120.000,00	1.400.958,83	0,00	1.719.041,17
1321.00.00 - JUROS DE TÍTULOS DE RENDA	3.120.000,00	1.400.958,83	0,00	1.719.041,17
1600.00.00 - RECEITAS DE SERVIÇOS	0,00	359.000,00	359.000,00	0,00
1600.16.00 - SERVIÇOS EDUCACIONAIS	0,00	359.000,00	359.000,00	0,00
1700.00.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.120.000,00	166.964,13	0,00	953.035,87
1730.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	1.120.000,00	166.964,13	0,00	953.035,87
1730.02.00 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	1.120.000,00	166.964,13	0,00	953.035,87
1900.00.00 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	59.247,27	59.247,27	0,00
1990.00.00 - RECEITAS DIVERSAS	0,00	59.247,27	59.247,27	0,00
1990.98.00 - OUTRAS RECEITAS EVENTUAIS	0,00	59.247,27	59.247,27	0,00
TOTAL DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	27.883.127,00	16.063.503,51	0,00	11.819.623,49

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	ORÇAMENTO PROPOSTA	REALIZADO ACUMULADO	DIFERENÇAS	
			P/ MAIS	P/ MENOS
122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.589.157,00	1.289.594,33	0,00	1.299.562,67
0750 - APOIO ADMINISTRATIVO	2.589.157,00	1.289.594,33	0,00	1.299.562,67
8701 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	870.993,00	554.162,57	0,00	316.830,43
8711 - GESTÃO ADMINISTRATIVA	112.659,00	59.278,35	0,00	53.380,65
8777 - PAG. DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAL E TRABALHISTAS - ÁREA ADMINISTRATIVA	1.605.505,00	676.153,41	0,00	929.351,59
128 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	320.460,00	220.827,57	0,00	99.632,43
0801 - FORMAÇÃO DE GERENTES E SERVIDORES	320.460,00	220.827,57	0,00	99.632,43
8718 - CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	320.460,00	220.827,57	0,00	99.632,43
131 - COMUNICAÇÃO SOCIAL	148.992,00	90.857,82	0,00	58.134,18
0253 - SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO DE MASSA	148.992,00	90.857,82	0,00	58.134,18
8719 - DIVULGAÇÃO DE AÇÕES INSTITUCIONAIS	148.992,00	90.857,82	0,00	58.134,18
301 - ATENÇÃO BÁSICA	46.800,00	21.433,54	0,00	25.366,46
0100 - ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR	46.800,00	21.433,54	0,00	25.366,46
8703 - ASSIST. MÉDICA E ODONTO. A SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES	46.800,00	21.433,54	0,00	25.366,46
306 - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	73.588,00	35.193,60	0,00	38.394,40
0100 - ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR	73.588,00	35.193,60	0,00	38.394,40
8705 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO A SERVIDORES E EMPREGADOS	73.588,00	35.193,60	0,00	38.394,40
331 - PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	2.762.642,00	1.326.949,88	0,00	1.435.692,12
0100 - ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR	9.604,00	3.872,45	0,00	5.731,55
8707 - ASSISTÊNCIA SOCIAL A SERVIDORES	9.604,00	3.872,45	0,00	5.731,55
0108 - MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DO TRABALHADOR	2.753.038,00	1.323.077,43	0,00	1.429.960,57
8788 - PROMOÇÃO SOCIAL RURAL	2.753.038,00	1.323.077,43	0,00	1.429.960,57
333 - EMPREGABILIDADE	21.941.488,00	10.229.086,93	0,00	11.712.401,07
0101 - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO TRABALHADOR	21.941.488,00	10.229.086,93	0,00	11.712.401,07
8729 - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA	21.941.488,00	10.229.086,93	0,00	11.712.401,07
TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	27.883.127,00	13.213.943,67	0,00	14.669.183,33



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL
AR SANTA CATARINA

CNPJ: 04.260.738/0001-49



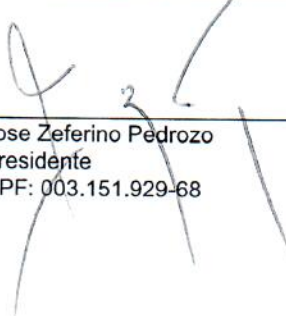
Emissão: 24/08/2017 10:


**DEMONSTRAÇÃO GERENCIAL DA RECEITA E DESPESA
EXERCÍCIO: 2017 - SEGUNDO TRIMESTRE**


(Em reais)

DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS	REALIZADO ACUMULADO	
999 - DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS	141.117,90	
1 - DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO/EXAUSTÃO E PERDAS NA BAIXA DE BENS	141.117,90	
TOTAL DAS DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS	141.117,90	
TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS E EXTRAORÇAMENTÁRIAS	13.355.061,57	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações


Jose Zeferino Pedrozo
Presidente
CPF: 003.151.929-68


Gilmar Antônio Zanluchi
Superintendente
CPF: 556.281.179-00


Gilson Angnes
Contador
CRC: 19.037/O-2
CPF: 692.789.959-04

BALANÇO FINANCEIRO
EXERCÍCIOS FUNDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em reais)

INGRESSOS		
	2017	2016
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS (I)	15.896.539	27.488.470
CORRENTES/CAPITAL	15.896.539	27.488.470
Receitas de Contribuições	14.077.333	23.890.799
Receitas de Serviços	359.000	-
Receitas Financeiras	1.400.959	3.205.094
Outras Receitas	59.247	392.577
Operações de Crédito		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	166.964	770.625
Receitas Recebidas de Instituições Privadas	166.964	770.625
Receitas Recebidas de Instituições Públicas		
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)	29.946.599	54.747.512
Créditos a curto prazo	14.656.110	25.304.040
Realizável a longo prazo		
Passivo Circulante	15.290.488	29.443.472
Passivo Exigível a longo prazo		
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	24.180.258	21.512.135
Caixa e Equivalente de Caixa	24.180.258	21.512.135
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	70.190.360	104.518.742
DISPÊNDIOS		
	2017	2016
DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)	12.837.644	24.194.785
CORRENTES/CAPITAL	12.837.644	24.194.785
Despesas Operacionais	12.837.644	24.194.785
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	166.964	770.625
Despesas Executadas em Programas Especiais	166.964	770.625
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)	29.075.736	55.373.075
Créditos a curto prazo	15.727.014	25.978.942
Realizável a longo prazo	-	
Aquisição de imobilizado no Período	13.942	328.395
Passivo Circulante	13.334.779	29.065.737
Passivo Exigível a longo prazo		
SALDO PARA EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	28.110.017	24.180.258
Caixa e Equivalente de Caixa	28.110.017	24.180.258
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		
TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	70.190.360	104.518.742

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

José Zeferino Pedrozo
Presidente Conselho Adm.
CPF. 003.151.929-68

Gilmar Antônio Zanuchi
Superintendente
CPF. 556.281.179-00

Gilson Argente
Téc. Contabilidade
CPF. 692.786.959-04
CRC/SC 19.037-0/2

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

(Em reais)

	Nota	2º TRIM 2017	2º TRIM 2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	22		
CONTRIBUIÇÕES		8.670.007,85	8.183.126,36
<i>Contribuições Sociais</i>		8.670.007,85	8.183.126,36
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS DIRETOS		359.000,00	0,00
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços		359.000,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		653.410,21	799.338,18
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		653.410,21	799.338,18
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras		0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		166.057,04	206.081,86
Transferências das Instituições Privadas		128.907,35	206.081,86
Outras Transferências e Delegações Transferidas		37.149,69	0,00
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS		0,00	0,00
Reavaliação de Ativos		0,00	0,00
Ganhos com Alienação		0,00	0,00
Ganhos com Incorporação de Ativos		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		0,00	0,00
<i>Resultado Positivo de Participações</i>		0,00	0,00
Revisão de Provisões e Ajustes de Perdas		0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		0,00	0,00
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)		9.848.475,10	9.188.546,40
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	23		
PESSOAS ENCARGOS		1.453.884,77	1.374.479,28
Remuneração a Pessoal		908.447,28	890.527,27
Encargos Patronais		295.697,50	261.880,27
Benefícios o Pessoal		113.249,28	97.351,64
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		136.490,71	124.720,10
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		6.180.960,08	5.288.618,60
Uso de Material de Consumo		243.530,83	140.657,30
Serviços		5.866.690,50	5.085.385,54
Depreciação, Amortização e Exaustão		70.738,75	62.575,76
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		11.349,76	6.983,03
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora		0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais		0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras		11.349,76	6.983,03
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		0,00	0,00
Transferências a Instituições Privadas		0,00	0,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais		0,00	0,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDAS DE ATIVOS		0,00	20.933,00
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas		0,00	0,00
Perdas com Alienação		0,00	20.933,00
Perdas Involuntárias		0,00	0,00
TRIBUTÁRIAS		0,00	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		23.225,43	25.431,45
Promoções		0,00	0,00
Resultado Negativo de Participações		0,00	0,00
Constituição de Provisões		0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		23.225,43	25.431,45
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)		7.669.420,04	6.716.445,36
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)		2.179.055,06	2.472.101,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

José Zefemino Pedreira
Presidente Conselho Adm.
CPF: 003.151.929-68

Gilmar Antônio Zaruch
Superintendente
CPF: 556.281.179-00

Gilson Argues
Téc. Contabilidade
CPF: 692.786.959-04
CRC/SC 19.037-0/2

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

	(Em Reais)	
	jun/17	jun/16
1. ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit / Déficit do Exercício	2.917.777,93	4.310.703,11
Ajustes por:		
(+) Depreciação	141.117,90	125.247,38
(-) Lucro na Alienação de Imobilizado	0,00	0,00
(+) Imobilizado Líquido Baixado	0,00	20.933,00
(+/-) Superávit/Déficit Acumulado	0,00	0,00
Superávit / Déficit do Exercício Ajustado	3.058.895,83	4.456.883,49
Variações no Ativo	-1.070.903,84	-1.003.176,40
Contas a Receber	312.661,77	0,00
Doações Orçamentárias a Receber	-1.052.207,60	-945.656,76
Adiantamento a Terceiros	0,00	-5.248,00
Adiantamento a Empregados	28.660,39	-35.688,00
Valores Recuperáveis	-743,78	1.314,16
Devedores Diversos	0,00	0,00
Estbques	-372.517,97	-13.120,94
VPD Pagas Antecipadamente	13.243,35	-4.776,86
Variações no Passivo	1.955.708,99	1.490.897,73
Obrigações com Folha de Pagamento	0,00	0,00
Obrigações Previdenciárias e Tributárias	155.928,54	152.947,16
Contribuição Sindical	357,30	0,00
Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00
Fornecedores de Bens e Serviços	1.708.897,69	1.228.201,47
Obrigações Fiscais	8.454,22	6.864,00
Apropriação Trabalhista por Competência	72.667,16	191.925,97
Provisões Tributárias	0,00	0,00
Contingências	0,00	0,00
Convênios a Realizar	0,00	0,00
Movimentações entre Unidades	87.297,54	0,00
Contratos, Termos de Cooperação, Adesão e Projetos a Realizar	-230.867,59	-89.040,87
Credores Diversos	152.974,13	0,00
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais	3.943.700,98	4.944.604,82
2. ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(+) Recebimento pela Alienação de Imobilizado	0,00	0,00
(-) Pagamento pela Compra de Imobilizado	-13.941,78	-88.114,05
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimentos	-13.941,78	-88.114,05
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento	0,00	0,00
Total dos Efeitos no Caixa (1 + 2 + 3)	3.929.759,20	4.856.490,77
Aumento Líquido no Caixa e Equivalente de Caixa	3.929.759,20	4.856.490,77
Caixa e Equivaleles de Caixa no Início do Período	24.180.257,66	21.512.134,85
Caixa e Equivaleles de Caixa no Fim do Período	28.110.016,86	26.368.625,62

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

José Zeferino Pedrozo
Presidente Conselho Adm.
CPF: 003.151.929-68

Gilmar Antônio Zanluchi
Superintendente
CPF: 556.281.179-00

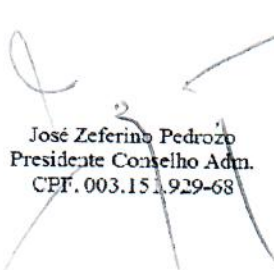
Gilson Angnes
Téc. Contabilidade
CPF: 692.786.959-00
CRC/SC 19.037-0/2

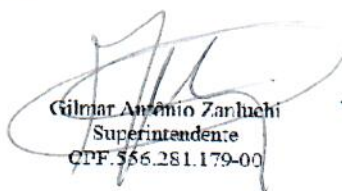
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE JUNHO DE 2017 E DE 2016

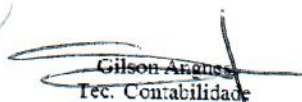
(Em reais)

ESPECIFICAÇÕES	Patrimônio Social	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Resultados Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2016	27.693.149,71	12.000,00	0,00	0,00	27.705.149,71
Resultado do Período	2.917.777,93	0,00	0,00	0,00	2.917.777,93
Saldo em 30/06/2017	30.610.927,64	12.000,00	0,00	0,00	30.622.927,64
Saldos em 31/12/2015	24.681.061,52	12.000,00	0,00	0,00	24.693.061,52
Resultado do Período	1.838.602,07	0,00	0,00	0,00	1.838.602,07
Saldo em 30/06/2016	26.519.663,59	12.000,00	0,00	0,00	26.531.663,59

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


José Zeferino Pedrozo
Presidente Conselho Adm.
CPF. 003.151.929-68


Gilmar Antônio Zanluchi
Superintendente
CPF. 556.281.179-00


Gilson Aguiar
Tec. Contabilidade
CPF. 692.736.959-04
CRC/SC 19.037-0/2

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 30 DE JUNHO DE 2017
Valores em Reais

1. Contexto Operacional (Art. 40, "I", letras a, b e c do Regulamento)

1.1. Estrutura Jurídica e Objetivos (Art. 40, "I", "a" e "b" do Regulamento)

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional de Santa Catarina, também reconhecido sob a sigla SENAR-AR/SC, é uma entidade Jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criado pela Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991 e regulamentado pelo Decreto nº 566, de 10 de junho de 1992 com sede administrativa na cidade de Florianópolis - SC. Sua criação está prevista no art. 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT:

“Art. 62 – A lei criará o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) nos moldes da legislação relativa ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC), sem prejuízo das atribuições dos órgãos públicos que atuam na área”.

Tem como missão institucional realizar a educação profissional e promoção social das pessoas do meio rural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para o desenvolvimento sustentável do país.

1.2. Fontes de Recursos

Para possibilitar o cumprimento de sua missão, a entidade paraestatal é beneficiária dos recursos previstos no artigo 240 da Constituição Federal e nas Leis nº 8.540/1992, 8.870/1994 com alterações até a Lei 10.256/2001, assim classificadas:

1.2.1. Contribuição sobre a receita decorrente da comercialização da Produção Rural

- a) **Contribuição do Produtor Rural Pessoa Física** - 0,2% (dois décimos por cento) incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, devida pelo Segurado Especial e Produtor Rural Pessoa Física, que explora atividade agropecuária ou pesqueira;
- b) **Contribuição do Produtor Rural Pessoa Jurídica** - 0,25% (vinte e cinco décimos por cento) incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, devida pelo Produtor Rural Pessoa Jurídica.
- c) **Contribuição da Agroindústria** - 0,25% (vinte e cinco décimos por cento) incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, industrializada ou não, devida pela agroindústria.

1.2.2. Contribuição sobre a folha de salários

Contribuição mensal compulsória, à alíquota de 2,5% (dois e meio por cento) incidente sobre a folha de salários dos trabalhadores envolvidos nos trabalhos rurais das pessoas jurídicas de direito privado ou a elas equiparadas que exerçam as seguintes atividades:



- a) Agroindústrias da avicultura, suinocultura, piscicultura, carcinicultura;
- b) Agroindústrias que se dediquem ao florestamento e reflorestamento como fonte de matéria prima para industrialização própria, mediante a utilização de processo industrial que modifique a natureza química da madeira ou a transforme em pasta celulósica, desde que a receita bruta decorrente dessa comercialização represente menos de um por cento de sua receita bruta proveniente da comercialização da produção;
- c) Produtores rurais pessoas jurídicas, exceto agroindústrias, que exerçam outra atividade econômica autônoma;
- d) Produtores rurais pessoas jurídicas e agroindústria, exclusivamente em relação aos empregados envolvidos na prestação de serviços rurais ou agroindustriais, caracterizados ou não como atividade autônoma;
- e) Sindicatos, Federações e Confederação Patronal Rural;
- f) Pessoa Jurídica Prestadora de Mão de Obra Rural.

As operações da Administração Regional são substancialmente mantidas por meio do recebimento do repasse dos recursos advindos da contribuição compulsória.

1.3. Aplicações de Recursos

Os recursos do SENAR-AR/SC seguem a proporção de 80% (oitenta por cento) nas atividades de Formação Profissional e Promoção Social e 20% (vinte por cento) nas despesas de custeio e investimento.

2. Base para preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, referem-se ao segundo trimestre de 2017, período compreendido entre 01 de abril e 30 de junho ou conforme indicado em cada demonstração, e foram aprovadas pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho de Administração, tendo como moeda funcional o Real (R\$).

2.1.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas ao setor público, estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC através da Resolução CFC nº 1.133/08 que aprovou a NBC T 16.6 - Demonstrações Contábeis, observando-se ainda as resoluções do Conselho Fiscal do SENAR - Administração Central em matéria contábil.

Através do Ofício Circular nº 079/DAF/SE o SENAR - Administração Central comunicou e deu conhecimento às administrações regionais do SENAR sobre alterações no Regulamento do Plano de Contas e de Padronização dos Registros Contábeis e Orçamentários aprovado pela Resolução nº 30/16/CD.



O referido regulamento alterou algumas contas do elenco de contas, modificou a nomenclatura de contas, reformulando a segregação de algumas contas do ativo, passivo e de resultados no balancete base de preparação das demonstrações contábeis aqui apresentadas. Estas alterações foram aplicadas a partir do exercício de 2017.

Em 29 de maio de 2017 o SENAR - Administração Central emitiu a Nota Técnica Conjunta nº 002/2017 dispondo sobre a elaboração das demonstrações contábeis trimestrais e anuais do exercício de 2017 e exercícios seguintes do SENAR.

No encerramento dos períodos intermediários de 2017 foi necessário proceder algumas modificações e adaptações nas posições e saldos nos períodos comparativos do exercício 2016 e feitas divulgações antes não apresentadas.

2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis

2.2.1. Apuração dos resultados

a) Apuração do Déficit ou Superávit – a entidade adotado o regime de competência, destacando-se, adicionalmente:

I – Receitas de Contribuição Social – as receitas com contribuição social foram reconhecidas mensalmente com base em estimativa, levando-se em consideração o histórico dos registros dos valores repassados pelo SENAR-Administração Central.

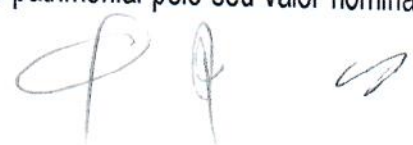
O registro contábil das receitas de contribuições compulsórias é efetuado pelo líquido, ou seja, é deduzido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB o percentual de 3,5% do montante arrecadado, que corresponde à retribuição pelos serviços prestados de recolhimento das contribuições, com fulcro no artigo 3º, § 1º da Lei nº. 11.457, de 16 de março de 2007.

II – Gastos com Cursos e Eventos – foram reconhecidos no período da realização dos cursos e eventos de Formação Profissional Rural – FPR e de Promoção Social – PS, mobilizados e organizados com apoio de entidades cooperantes.

2.2.2. Caixa e Equivalentes de Caixa - Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.2.3. Valores a Receber - Dotações Orçamentárias a Receber corresponde à contribuição social registrada com base em estimativa do repasse mensal, levando-se em consideração o histórico dos registros. Quando possível, a dotação orçamentária a receber é registrada com base em informação prestada antecipadamente pelo SENAR Administração Central, coincidindo com o valor efetivamente recebido.

Os demais valores a receber foram registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo seu valor nominal,





acrescido das variações monetárias, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização.

2.2.4. Estoques - Os estoques foram registrados pelo custo médio de aquisição e demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização.

2.2.5. Imobilizado - Os bens do ativo imobilizado foram registrados pelo custo de aquisição ou construção. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear considerando o valor residual projetado e a estimativa de vida útil dos bens. As taxas utilizadas são mencionadas na nota nº 8.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

2.2.6. Intangível - Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, são submetidos a teste anual de redução do valor recuperável.

2.2.7. Outros Ativos e Passivos (circulantes e não circulantes) - Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus futuros benefícios econômicos serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou contratualmente constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos 12 meses seguintes a data do balanço patrimonial. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.8. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração

a) Ativos financeiros - Os ativos financeiros da Entidade são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, no momento do seu reconhecimento inicial.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

P P S

Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa.

b) Passivos financeiros - Os passivos financeiros da Entidade são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e financiamentos, no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo, acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Entidade incluem contas a pagar a fornecedores.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Entidade segundo projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades do negócio. Eventual excesso de caixa disponível é investido em aplicações financeiras.

A Entidade mensura suas aplicações financeiras pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos e possui seus valores reconhecidos como ativos financeiros de baixo risco de variação no valor.

2.2.9. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment") - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, uma provisão para deterioração é contabilizada para ajustar o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Entidade avalia periodicamente o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 2017 e de 2016 não identificou ajustes a serem contabilizados.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa		jun/17	dez/16	%		
Caixa e Bancos		3.431,29	5.250,82	-34,65%		
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras						
Instituição Financeira	Tipo de Aplicação	Vencimento	Remuneração			
Recursos Próprios						
			27.770.879,97	23.968.066,12	15,87%	
Banco do Brasil S/A	CDB DI SWAP	18/01/2019	98,0% CDI	10.659.373,68	10.157.470,15	4,94%
Banco do Brasil S/A	Poupança		TR	-	-	0,00%
Banco do Brasil S/A	CDB DI	19/11/2021	96,0% CDI	2.677.807,70	140.055,33	1811,96%
Banco do Brasil S/A	CDB DI	11/10/2018	98,0% CDI	11.142.303,81	10.557.138,96	5,54%
Caixa Econômica Federal	CDB DI	03/04/2018	97,0% CDI	3.291.394,78	3.113.401,68	5,72%
Contratos e Termos de Adesão						
			335.705,60	206.940,72	62,22%	
Banco do Brasil S/A	CDB DI	04/12/2018	98,0% CDI	4.996,26	11.584,54	-56,87%
Banco do Brasil S/A	Poupança		TR	330.709,34	128.690,21	156,98%
Soma Aplicações Financeiras			28.106.585,57	24.175.006,84	16,26%	
Total Caixa e Equivalentes de Caixa			28.110.016,86	24.180.257,66	16,25%	



3.1. Caixa

Caixa são recursos em espécie movimentados pela entidade apenas em sua sede administrativa mantendo saldo suficiente para o pagamento imediato de pequenas despesas. Os recursos em caixa são registrados e controlados em contas contábeis distintas conforme o caso em Recursos Próprios e Recursos de Terceiros. No encerramento do trimestre a entidade não possuía saldo de recursos de terceiros em caixa.

3.2. Bancos Conta Movimento

Bancos Conta Movimento - Recursos Próprios são disponibilidades financeiras movimentadas através de instituições financeiras oficiais, Banco do Brasil S/A e Caixa Econômica Federal. As movimentações são geralmente representadas por créditos recebidos através de transferências bancárias, pagamentos realizados através da emissão de cheques, transferências ou pagamentos por acesso via internet.

Para fins de controle os recursos próprios e os recursos recebidos de terceiros são movimentados e registrados em contas contábeis distintas sob o título de Bancos Conta Movimento - Recursos Próprios Bancos Conta Movimento - Recursos de Terceiros.

3.3. Aplicações Financeiras

Aplicações financeiras são investimentos de curtíssimo prazo, geralmente disponibilidades financeiras sem comprometimento imediato, remunerados através de fundos de aplicação financeira baseados em percentual de juros pagos através de Certificado de Depósito Bancário junto à Instituição Financeira Oficial - Banco do Brasil S/A e Caixa Econômica Federal - com prazos de resgate variáveis.

Para fins de controle os recursos próprios e os recursos recebidos de terceiros são movimentados e registrados em contas contábeis distintas sob o título de Aplicações Financeiras - Recursos Próprios Bancos Aplicações Financeiras - Recursos de Terceiros.

4. Créditos a Curto Prazo

Créditos de curto prazo são valores a receber decorrentes das operações normais ou eventuais da entidade decorrente dos seus negócios junto a entidades ligadas, funcionários e fornecedores cujo prazo de vencimento é inferior a um ano.

4.1. Contas a receber

Direitos a Receber

Recursos por Origem	jun/17	dez/16
REDE ETEC - MEC	215.614,96	169.276,73
SEBRAE/SC	0,00	359.000,00
Soma	215.614,96	528.276,73



4.2. Dotações Orçamentárias a Receber

Saldo Anterior 31/12/2016	1.687.612,77
(-) Arrecadação dez a mai/2017	-12.948.813,63
(-) Vl. Retido Coleção Senar	-76.312,05
(+) Provisão Arrecadação jan a jun/2017	14.077.333,28
(=) Saldo Atual 30/06/2017	2.739.820,37

4.3. Adiantamento por conta de viagens

Adiantamento por conta de viagens	jun/17	dez/16
Adiantamentos p/ conta de viagens	14.000,00	0,00

4.4. Antecipações a Empregados

Antecipações a empregados	jun/17	dez/16
Antecipações a empregados	118.326,17	160.986,56

4.5. Valores Recuperáveis

Valores rescuperáveis	jun/17	dez/16
Valores recuperáveis	2.633,83	1.890,05

5. Estoques - Material de Consumo

[Handwritten signatures]

Estoques - Material de Consumo são materiais de consumo utilizados nas operações correntes da entidade, foram devidamente inventariados no encerramento do trimestre sendo avaliados pelo custo médio. O saldo se compõe das seguintes categorias de bens e valores totais:

Descrição	Saldo em 31/12/2016	Movimentação no Exercício			Saldo em 30/06/2017
		Entradas	(-) Saídas	Transferências (1)	
Estoque					
1) Estoque de Consumo Recursos Próprios					
*Material de Consumo (ALMOX)	285.823,33	0,00	0,00	-285.823,33	0,00
Material de Expediente	0,00	28.346,48	-9.661,49	28.277,47	46.962,46
Materiais de Informática	0,00	96.072,89	-35.229,61	32.766,02	93.609,30
Gêneros Alimentícios	0,00	2.113,46	-1.753,97	166,75	526,24
Material de Copa	0,00	553,41	-313,50	1.018,18	1.258,09
Material de Limpeza	0,00	6.092,54	-3.327,13	3.089,60	5.855,01
Material Instrucional	0,00	75.613,74	-64.607,44	145.258,46	156.264,76
Material de Divulgação	0,00	17.566,57	-12.335,12	11.642,49	16.873,94
EPI P/ Utilização em Curso	0,00	55.620,00	-25.438,56	35.203,80	65.385,24
Cartilhas P/ Utilização em Curso	0,00	82.162,91	-90.490,22	28.400,56	20.073,25
Cartilhas - Coleção Senar	0,00	98.558,88	-16.785,54	0,00	81.773,34
Soma	285.823,33	462.700,88	-259.942,58	-0,00	488.581,63
2) Estoque de Consumo Rec. Terceiros					
Cartilhas, Folders, Manuais	0,00	82.694,77	-31.794,26	0,00	50.900,51
Suprimentos de Informática	0,00	21.867,96	-21.867,96	0,00	0,00
Materiais de Divulgação	0,00	52.183,63	-4.074,49	0,00	48.109,14
Materiais Instrucionais	0,00	71.047,57	-297,55	0,00	70.750,02
Soma	0,00	227.793,93	-58.034,26	0,00	169.759,67
Total Estoque	285.823,33	690.494,81	-317.976,84	-0,00	658.341,30

6. VPD Pagas Antecipadamente

As Variações Patrimoniais Diminutivas - Pagas Antecipadamente, são despesas pagas antecipadamente na aquisição de seguros e de assinaturas de revistas e outros periódicos. Inclui gastos com aquisição de vales de alimentação/refeição e softwares. Os valores são transferidos para o resultado na medida do transcurso do período contratado, geralmente não superior a um ano, tendo os seguintes saldos a apropriar no encerramento do trimestre:



VPD Pagas Antecipadamente	Saldo R\$
Seguros a Apropriar	
Saldo Anterior 31/12/2016	13.604,78
(+) Aquisições	403,87
(-) Apropriações abr/mai/jun	-8.777,77
(=) Saldo Atual	5.230,88
Assinaturas de Periódicos a Aprop.	
Saldo Anterior 31/12/2016	2.098,23
(+) Aquisições	5.138,21
(-) Apropriações abr/mai/jun	-2.280,38
(=) Saldo Atual	4.956,06
Auxílio Alimentação/Refeição	
Saldo Anterior 31/12/2016	21.600,00
(+) Aquisições	126.500,00
(-) Apropriações	-128.100,00
(=) Saldo Atual	20.000,00
Licença de Uso de Software	
Saldo Anterior 31/12/2016	8.970,17
(+) Aquisições	0,00
(-) Apropriações abr/mai/jun	-6.127,28
(=) Saldo Atual	2.842,89
Total VPD Pagas Antecipadamente	33.029,83

7. Não Circulante - Realizável a Longo Prazo

Como realizáveis a longo prazo são classificados os créditos, valores e bens decorrentes das operações normais ou eventuais da entidade com prazo de conversão ou realização superior a um ano.

7.1. Depósitos Judiciais

O saldo de depósitos judiciais refere-se ao valor exigido em decorrência de notificação fiscal aplicada em procedimento de fiscalização realizado pela Secretaria da Receita Previdenciária (SRP), por suposta omissão no recolhimento de contribuições previdenciárias, conforme descrito na nota 26.1.

8. Imobilizado

Imobilizado é o conjunto de bens corpóreos utilizados na manutenção administrativa e operacional da entidade, registrado inicialmente pelo custo de aquisição, diminuída a depreciação, sendo, portanto apresentado pelo seu valor líquido a realizar.

As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração o tempo médio de vida útil estimado dos bens.

8.1. Movimentação das contas do imobilizado

[Handwritten signatures and initials]

Descrição	Saldo em 31/12/2016	Movimentação no Exercício		Saldo em 30/06/2017
		Adições	(-) Baixas	
Bens Móveis				
1) Custo de Aquisição				
Equip. Maquinas e Aparelhos em Geral	107.865,92	5.900,00	0,00	113.765,92
Veiculos	450.100,00	0,00	0,00	450.100,00
Mobiliário em Geral e Material de Copa	339.173,40	5.451,78	0,00	344.625,18
Equipamentos de Comunicação	42.324,49	0,00	0,00	42.324,49
Maquinas Aparelhos e Utencilios de escritório	569.506,51	27.523,00	0,00	597.029,51
Semoventes	42.900,00	0,00	0,00	42.900,00
Outros Equipamentos e Materiais permanentes	89.145,92	0,00	0,00	89.145,92
Computadores e Periféricos	370,00	0,00	0,00	370,00
Computadores e Periféricos (projeto reaparelhamento)	781.416,00	0,00	0,00	781.416,00
Soma	2.422.802,24	38.874,78	0,00	2.461.677,02
2) (-) Depreciações	-1.437.446,80	-165.350,88	0,00	-1.602.797,68
3) Residual (1-2)	985.355,44	-126.476,10	0,00	858.879,34
Bens Imóveis				
1) Custo de Aquisição				
Terrenos	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00
Prédios	80.000,00	0,00	0,00	80.000,00
Soma	87.000,00	0,00	0,00	87.000,00
2) (-) Depreciações	-65.635,03	-700,02	0,00	-66.335,05
3) Residual (1-2)	21.364,97	-700,02	0,00	20.664,95
Outros Imobilizados				
1) Custo de Aquisição				
Direito de Uso de Software	12.540,94	0,00	12.540,94	0,00
2) (-) Depreciações	-12.540,94	12.540,94	0,00	0,00
3) Residual (1-2)	0,00	12.540,94	12.540,94	0,00
Total Custo de Aquisição	2.522.343,18	38.874,78	12.540,94	2.548.677,02
Total Depreciações	-1.515.622,77	-153.509,96	0,00	-1.669.132,73
Total Residual	1.006.720,41	-114.635,18	12.540,94	879.544,29

8.2. Composição do imobilizado

[Handwritten signature]

Contas	Taxa	30/06/2017		Residual	
		Custo de Aquisição	(-) Depreciações	jun/17	dez/16
Bens Móveis					
Equip. Maquinas e Aparelhos em Geral	10%	113.765,92	-68.746,80	45.019,12	42.743,13
Veiculos	20%	450.100,00	-274.014,26	176.085,74	213.795,74
Mobiliário em Geral e Material de Copa	10%	344.625,18	-214.537,36	130.087,82	135.653,77
Equipamentos de Comunicação	10%	42.324,49	-21.508,38	20.816,11	22.522,09
Maquinas Aparelhos e Utencios de escritorio	10%	597.029,51	-425.583,35	171.446,16	212.876,54
Semoventes	10%	42.900,00	-1.788,00	41.112,00	42.900,00
Outros Equipamentos e Materiais permanentes	10%	89.145,92	-22.871,50	66.274,42	70.556,80
Computadores e Periféricos (projeto)	20%	370,00	-149,74	220,26	281,94
Computadores e Periféricos (projeto repar.)	20%	781.416,00	-573.598,29	207.817,71	244.025,43
Soma		2.461.677,02	-1.602.797,68	858.879,34	985.355,44
Bens Imóveis					
Terrenos	0%	7.000,00	0,00	7.000,00	7.000,00
Prédios (A)	7%	80.000,00	-66.335,05	13.664,95	14.364,97
Soma		87.000,00	-66.335,05	20.664,95	21.364,97
Direito de Uso de Software	20%	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		2.548.677,02	-1.669.132,73	879.544,29	1.006.720,41

(A) - Taxa média de depreciação sobre bens sujeitos a 4% e 10%.

9. Obrigações Trabalhistas Tributárias e Previdenciárias

Obrigações Trabalhistas Tributárias e Previdenciárias são obrigações decorrentes de verbas remuneratórias pagas através de folha de pagamentos a funcionários e dirigentes incluindo o valor líquido de salários, pró-labore e cédulas de presenças. Este conjunto de obrigações inclui os correspondentes encargos sociais incidentes sobre as referidas verbas remuneratórias.

Detalhamento das obrigações trabalhistas, tributárias e previdenciárias:



Obrigação	jun/17	dez/16
INSS	87.621,27	0,00
INSS a recolher sobre folha de pagamento	71.388,11	0,00
INSS patronal a pagar	12.494,97	0,00
INSS retido de prestadores de serviço PJ	1.334,30	0,00
INSS retido de autônomos	2.403,89	0,00
FGTS		
FGTS - obrigação incidente s/a folha de pagamento de empregados	28.511,92	0,00
IRRF		
IRRF - obrigação incidente s/a folha de pagamento de empregados	36.231,35	0,00
Contribuição Sindical		
Contribuição Assistencial	357,30	0,00
PIS		
PIS - obrigação incidente s/a folha de pagamento de empregados	3.564,00	0,00
Soma	156.285,84	0,00

(*) Valor do IRRF descontado dos funcionários pelo pagamento das verbas remuneratórias no mês de junho de 2017 com vencimento em julho de 2017.

(**) Valor da contribuição patronal ao PIS decorrente do pagamento das verbas remuneratórias pagas no mês de junho de 2017 com vencimento em julho de 2017.

10. Fornecedores de Bens e Serviços

As obrigações com fornecedores de bens e serviços são decorrentes de compras a prazo, reconhecidas com base em documento fiscal, contrato ou instrumento equivalente, em obediência ao regime de competência e são demonstrados pelo seu valor nominal.

Classificação	jun/17	dez/16
Fornecedores de Materiais e Serviços para Eventos	1.653.919,00	35.053,78
Fornecedores de Materiais e Serviços para Demais Atividades	117.053,53	27.021,06
Total	1.770.972,53	62.074,84

11. Obrigações Fiscais

Obrigações fiscais são tem como origem a compra de bens e serviços cuja obrigação de reter e recolher os tributos incidentes sobre estas compras cabe ao comprador. Referem-se aos compromissos financeiros com o recolhimento de tributos, geralmente com vencimento no mês seguinte ao mês da compra.

[Handwritten signatures]

Obrigação	jun/17	dez/16
PIS/COFINS/CSLL a recolher s/ n/s	1.920,31	0,00
ISS terceiros a recolher	321,91	209,84
IRRF a recolher - terc s/ n/s	534,43	0,00
IRRF a recolher terc. s/ RPA	5.887,41	0,00
Soma	8.664,06	209,84

12. Apropriações por Competência

12.1. Apropriação Trabalhista

Apropriações trabalhistas são obrigações com empregados e referem-se ao compromisso com o pagamento de salários, conhecidos com base em folha de pagamentos e das remunerações decorrentes do direito a férias e 13º salário em base estimada. Os valores referentes à remuneração de 13º salário são liquidados no encerramento do exercício.

Apropriação por Competência	Saldo em 31/12/2016	Movimentação no Exercício			Saldo em 30/06/2017
		(-) Baixa	Provisão	Transferências (1)	
*Provisão de férias	384.060,00	-170.310,93	127.559,53	-165.346,87	175.961,73
Provisão p/ em encargos sociais s/ férias	0,00	-52.359,95	38.118,84	69.113,35	54.872,24
Provisão p/ FGTS s/ férias	0,00	-17.674,08	12.867,02	23.329,24	18.522,18
Provisão adicional de férias	0,00	-52.826,39	37.804,26	72.904,28	57.882,15
Provisão para 13º salário	0,00	-13.579,73	125.096,84	0,00	111.517,11
Provisão p/ encargos sociais s/ 13º salário	0,00	-420,06	30.406,26	0,00	29.986,20
Provisão para FGTS s/ 13º salário	0,00	-325,82	8.311,37	0,00	7.985,55
Soma	384.060,00	-307.496,96	380.164,12	0,00	456.727,16

13. Demais Obrigações

Demais obrigações são obrigações não classificadas nas contas precedentes, decorrentes de operações normais da entidade e controladas em contas específicas.

13.1. Relação Entre Unidades

Relação entre unidades são obrigações junto à administração central com origem no repasse de materiais para consumo nas atividades do SENAR, registradas conforme Nota Técnica nº 01/2017 do SENAR-AC.

Descrição da Obrigação	jun/17	dez/17
Coleção Senar recebida	163.609,59	0,00
(-) Descontb via Arrec. INSS	-76.312,05	0,00
Soma	87.297,54	0,00



13.2. Contratos, Termos de Cooperação e Projetos a Realizar

Contratos, Termos de Cooperação e Projetos a Realizar são obrigações junto ao SENAR-AC e outras entidades, decorrentes de apoio técnico e financeira na consecução dos objetivos do SENAR.

Recursos por Origem	jun/17	dez/16
PRONATEC	0,00	128.870,46
REDE ETEC - MEC	335.945,52	78.942,65
SEBRAE/SC	0,00	359.000,00
Soma	335.945,52	566.813,11

13.3. Credores Diversos

Credores diversos são obrigações eventualmente contraídas em consequência das atividades normais do SENAR não classificadas nas demais obrigações.

Descrição da Obrigação	jun/17	dez/17
Materiais Senar Nacional		
Materiais Recebidos Senar Nacional	87.269,24	0,00
(-) Consumo no período	37.149,69	0,00
Soma	152.974,13	0,00
Soma de Credores Diversos	152.974,13	0,00

14. Patrimônio Líquido

Detalhamento dos saldos do patrimônio líquido:

	jun/17	dez/16
Patrimônio Social	30.610.927,64	27.693.149,71
Resultados Acumulados	27.693.149,71	24.681.061,52
Resultado do Exercício	2.917.777,93	3.012.088,19
Reservas	12.000,00	12.000,00
Soma do Patrimônio Líquido	30.622.927,64	27.705.149,71

15. Receitas Orçamentárias Vinculadas

Receitas orçamentárias vinculadas compreendem as receitas orçamentárias, líquidas das deduções, cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem.

(Handwritten signatures)



16. Transferências Financeiras Recebidas

Transferências financeiras recebidas referem-se às movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta, neste caso o SENAR-AC.

17. Recebimentos Extraordinários

Recebimentos extraordinários são valores não previstos no orçamento, tais como restos a pagar.

18. Saldo do Exercício Anterior e Saldo para o Exercício Seguinte

Saldo do exercício anterior e o saldo para o exercício seguinte são valores disponíveis em caixa e equivalentes de caixa para o custeamento das atividades da entidade no início e no fim do período apresentado.

Os valores em caixa e equivalentes de caixa estão descritos na nota 3 acima.

19. Despesas Orçamentárias Vinculadas

Despesas orçamentárias vinculadas compreendem aquelas cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem.

20. Transferências Financeiras Concedidas

Transferências financeiras concedidas referem-se às movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta, neste caso o SENAR-AC.

21. Pagamentos Extraordinários

Pagamentos extraordinários são valores não previstos no orçamento, tais como restos a pagar.

22. Demonstração das Variações Patrimoniais - Variações Patrimoniais Aumentativas

As variações patrimoniais aumentativas decorrem das seguintes operações demonstradas através da Demonstração das Variações Patrimoniais:

a) Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

Compreende toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

b) Contribuições

Compreende as contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de iluminação pública.

c) Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

Compreende as variações patrimoniais auferidas com a venda de bens, serviços e direitos, que resultem em aumento do patrimônio líquido, independentemente de ingresso, incluindo-se a venda bruta e deduzindo-se as devoluções, abatimentos e descontos comerciais concedidos.

c) Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras

Representa o somatório das variações patrimoniais aumentativas com operações financeiras. Compreende: descontos obtidos, juros auferidos, prêmio de resgate de títulos e debêntures, entre outros.

d) Transferências e Delegações Recebidas

Compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios e transferências do exterior.

e) Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

Compreende a variação patrimonial aumentativa, decorrente de reavaliação e ganhos de ativos, ou com a desincorporação de passivos.

f) Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores, tais como: resultado positivo da equivalência patrimonial, dividendos, etc.

23. Demonstração das Variações Patrimoniais - Variações Patrimoniais Diminutiva

As variações patrimoniais diminutivas decorrem das seguintes operações demonstradas através da Demonstração das Variações Patrimoniais:

a) Pessoal e Encargos

Compreende a remuneração do pessoal ativo civil ou militar, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, soldos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público, bem como as variações patrimoniais diminutivas com contratos de terceirização de mão de obra que se refiram à substituição de servidores e empregados públicos. Compreendem ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal civil e militar, destacados os custos de pessoal e encargos inerentes às mercadorias e produtos vendidos e serviços prestados.

b) Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas às aposentadorias, pensão, reforma, reserva remunerada e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo, do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) e do Regime Geral da Previdência Social (RGPS).

[Handwritten signatures]



273

Compreendem, também, as ações de assistência social, que são políticas de seguridade social não contributiva, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender às contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

c) Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto despesas com pessoal e encargos que serão registradas em grupo específico (Despesas de Pessoal e Encargos). Compreende: diárias, material de consumo, depreciação, amortização etc.

d) Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

Compreende as variações patrimoniais diminutivas com operações financeiras, tais como: juros incorridos, descontos concedidos, comissões, despesas bancárias e correções monetárias.

e) Transferências e Delegações Concedidas

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências a instituições multigovernamentais, transferências a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências a convênios e transferências ao exterior.

f) Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Compreende a variação patrimonial diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, com redução a valor recuperável, perdas com alienação e perdas involuntárias ou com a incorporação de passivos.

g) Tributárias

Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas aos impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições sociais, contribuições econômicas e contribuições especiais.

h) Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados

Compreende as variações patrimoniais diminutivas relativas aos custos das mercadorias vendidas, dos produtos vendidos e dos serviços prestados.

O Custo dos produtos vendidos ou dos serviços prestados deve ser computado no exercício corresponde às respectivas receitas de vendas. A apuração do custo dos produtos vendidos está diretamente relacionada aos estoques, pois representa a baixa efetuada nas contas dos estoques por vendas realizadas no período.

i) Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores. Compreende: premiações, incentivos, equalizações de preços e taxas, participações e contribuições, resultado negativo com participações, dentre outros.

24. Seguros

Os seguros são considerados suficientes para cobertura dos riscos envolvidos, abrangendo especialmente edificações, frota de veículos e instalações.

[Handwritten signatures]

Objeto dos Seguros	Custo em Reais	Vigência
Edificações		
- Centro de Distribuição - Palhoça - SC	1.001,74	nov/17
- Sede Nova Veneza - SC	212,35	ago/17
Veículos - Frota	12.742,41	set/17
Instalações - Sede SENAR-AR/SC	987,18	set/17
Equipamentos Portáteis - Notebooks	3.207,40	nov/17
Empilhadeira	425,12	jun/17
Soma	18.576,20	
Seguro de Vida - Funcionários	1.824,48	jul/17
Total	20.400,68	

25. Demonstrativo da Conciliação dos Valores Orçamentários e Contábeis

Demonstrativo da Conciliação dos Valores Orçamentários e Contábeis
Exercício findo em 30 de junho de 2017

Descrição	Orçamento	Contábil
Receitas de Contribuições	14.077.333,28	14.077.333,28
Receita Patrimonial	1.400.958,83	1.400.958,83
Receita de Serviços	359.000,00	359.000,00
Transferências Correntes	166.964,13	166.964,13
Outras Receitas Correntes	59.247,27	59.247,27
Receitas de Capital	-	-
Total de Receitas do Período	16.063.503,51	16.063.503,51
(-) Total de Aplicações / Despesas	(13.213.943,67)	(13.145.725,58)
Superávit ou Déficit do Exercício (a)	2.849.559,84	2.917.777,93
Itens de Conciliação - Orçamento		
Depreciações no período	141.117,90	
(+) Imobilizações no período	38.874,78	
(=) Imobilizado Líquido (b)	102.243,12	
(+) *VPD/Estoque	499.797,69	
(-) **VPD/Estoque que não entraram no orçam.	329.336,48	
Resultado Ajustado do Período	2.917.777,93	2.917.777,93

* Variação Ativo - Variações Patrimoniais Diminutivas e Estoque

** Despesa que não entram no orçamento (VPD e Estoque)

26. Contingências:



26.1. Contingências Fiscais – INSS:

Em julho de 2005, o INSS emitiu a NFLD 357687795 em desfavor do SENAR-AR/SC, tendo como mote a não retenção de 11% na contratação dos sindicatos/associações, no período de 04/1999 a 01/2005, cujo valor notificado foi de R\$ 2.649.972,34.

Por discordar da exigência, o SENAR-AR/SC ofereceu defesa na via administrativa, julgada improcedente em primeira instância.

Houve recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes. Em sessão realizada no dia 13/08/2014 os membros da Segunda Turma Ordinária da Terceira Câmara da Segunda Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, por unanimidade de votos, deram provimento ao recurso voluntário, pela improcedência do lançamento.

A Fazenda Nacional ingressou com recurso especial, que aguarda análise.

Na opinião dos advogados da entidade, é provável a chance de êxito.

No entendimento da administração, orientados pelos seus advogados, não cabe o reconhecimento dos referidos valores no resultado do exercício. Caso a entidade não logre êxito na sua defesa, sendo confirmado o débito, os efeitos correspondentes serão reconhecidos oportunamente.

No encerramento do trimestre os recursos permaneciam em conta de depósito judicial, no valor originalmente estabelecido de R\$ 820.466,81, considerando a ausência de alteração na posição do processo.

26.2. Ação Trabalhista – Responsabilidade Subsidiária

O SENAR-AR/SC foi considerado subsidiariamente responsável por débitos trabalhistas de prestador de serviço em acórdão dos juizes da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, relatado em 14 de julho de 2009 no qual foi condenado em ação trabalhista arbitrada no valor R\$ 15.000,00. O processo encontra-se em fase de execução com pedido de embargos de execução em análise.

O valor da ação foi objeto de depósito judicial. Em virtude de recurso impetrado pelo SENAR-AR/SC, o valor foi resgatado em dezembro de 2010, devidamente atualizado. A ação permanece em tramitação e, em caso de condenação, a referida quantia será exigida no final do processo.

27. Aspectos Fiscais e Tributários

A Administração do SENAR-AR/SC com base em posicionamentos jurídicos entende que a entidade não está subordinada à tributação de impostos e contribuições, exceto aquelas de natureza previdenciária e a contribuição ao Programa de Integração Social – PIS sobre os gastos com folha de pagamento. Por este



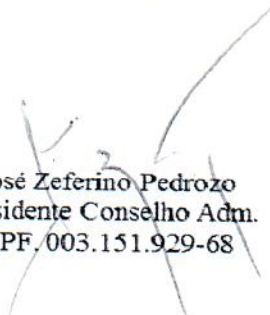


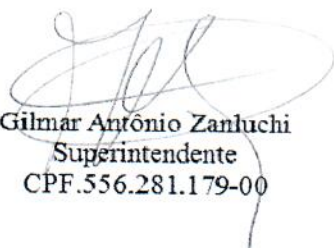
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL
CNPJ N°. 04.260.738/0001-49


276
SENAR

motivo, não reconhece como devido ou contingente qualquer valor relacionado com outros encargos de natureza tributária.

Florianópolis (SC), 30 de junho de 2017.


José Zeferino Pedrozo
Presidente Conselho Adm.
CPF. 003.151.929-68


Gilmar Antônio Zanluchi
Superintendente
CPF. 556.281.179-00


Gilson Angnes
Tec. Contabilidade
CPF. 692.786.959-04
CRC/SC 19.037-0/2